

72

VILAREALSTºANTONIO

HASTA PÚBLICA PARA ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DAS LOJAS NO MERCADO MUNICIPAL DE VILA NOVA DE CACELA

Condições Especiais

1. A Câmara Municipal de Vila Real de Santo António dá, em hasta pública, a possibilidade de atribuição do direito de ocupação das lojas abaixo mencionadas no Mercado Municipal de Vila Nova de Cacela, destinada ao ramo de atividade a seguir descrito, nos termos e condições dos pontos seguintes:

Mercado	Loja n.º	Área	Ramo de Atividade	Preço Base Licitação
Vila Nova de Cacela	5	18,00 m ²	Serviços	250,00 €
	9	18,00 m ²	Serviços	250,00 €
	10	18,00 m ²	Serviços	250,00 €

2. A hasta pública decorre em conformidade com o estabelecido no Regulamento dos Mercados Municipais e Condições Gerais.
3. A hasta pública será precedida de editais afixados nos locais públicos do costume e publicado num dos jornais mais lidos da região, com a antecedência mínima de 10 dias úteis.
4. O processo encontra-se patente no Núcleo de Taxas e Licenças da Divisão de Gestão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António e no Núcleo de Candidaturas da Divisão de Atividades Económicas da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, onde também poderão ser prestados os necessários esclarecimentos.
5. A base de licitação de cada um dos espaços comerciais destinados à comercialização de produtos em conformidade com o ramo de atividade está definida no ponto n.º 1.
6. A hasta pública realiza-se por meio de proposta em carta fechada e nos termos do disposto nos artigos 4.º e 8.º das Condições Gerais. As propostas serão entregues no Núcleo de Candidaturas da Divisão de Atividades Económicas da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, até às **14:30 horas do 10.º dia útil contado a partir da data de publicação do Edital**, ou seja, até dia **24 de novembro** do corrente ano e abertas no dia útil seguinte.
7. As propostas serão apresentadas nos seguintes termos:

" _____ (indicar nome, estado, profissão e morada, quando não se trate de firma) obriga-se a explorar o espaço comercial (loja n.º _____), destinada à comercialização de _____ no Mercado Municipal de Vila Nova de Cacela a que se refere o Edital de _____, em conformidade com o Regulamento dos Mercados Municipais, as Condições Gerais e Especiais da hasta pública, de que tomou inteiro conhecimento, obrigando-se a pagar pela alienação o valor de _____ € (_____);"



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António
Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

www.cm-vrsa.pt



VILAREALSTºANTONIO

As propostas formuladas serão encerradas em sobrescrito lacrado, o qual terá a seguinte legenda exterior:

“Proposta para alienação em hasta pública do direito de ocupação do espaço comercial (loja n.º _____) do Mercado Municipal de Vila Nova de Cacela.

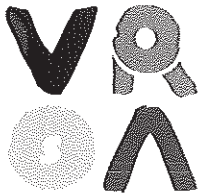
8. O Ato de arrematação da hasta pública realizar-se-á no dia 25 de novembro, pelas 10:00 horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António.
9. Não serão admitidos lances de valor inferior a 10% da base de licitação fixada.
10. Os adjudicatários provisórios deverão, de imediato, proceder ao pagamento de 25% do valor da adjudicação.
11. Os adjudicatários provisórios do direito de ocupação dos espaços comerciais (lojas) ficam obrigados a liquidar na Tesouraria da câmara municipal, no primeiro dia útil a seguir à arrematação, o restante valor referente à adjudicação.
12. Todas as sugestões ou reclamações que os adjudicatários pretendam fazer, deverão ser apresentadas por escrito e dirigidas ao presidente da câmara municipal.
13. As imposições fiscais ou quaisquer outros encargos respeitantes ao direito de ocupação dos espaços comerciais (lojas) e seu funcionamento serão da conta dos adjudicatários.
14. Os adjudicatários obrigam-se a efetuar, por sua conta e risco, as obras necessárias ao normal funcionamento da área comercial que lhe foi adjudicada, impostas pelas entidades com jurisdição sobre a mesma. Todas as benfeitorias realizadas reverterão a favor do município.
15. A lesão do interesse público motivado por facto culposo ou doloso imputável aos adjudicatários e, em geral, o não cumprimento das obrigações legais ou estabelecidas nas Condições Gerais, dão à câmara municipal o direito de fazer cessar a atividade sem indemnizações, independentemente da responsabilidade civil em que os mesmos incorram.
16. A adjudicação do direito de ocupação será formalizada através de contrato, a celebrar no prazo máximo de trinta dias a contar da data da adjudicação, devendo nesse ato o titular da ocupação fazer prova negativa de dívidas à Segurança Social e às Finanças.

Vila Real de Santo António, 31 de outubro de 2016.

O vereador do pelouro,
no uso da competência delegada
por despacho do Sr. presidente da câmara municipal,
datado de 18 de outubro de 2013,

João Manuel Lopes Rodrigues





VILAREALSTºANTONIO

HASTA PÚBLICA PARA ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DAS LOJAS NO MERCADO MUNICIPAL DE VILA NOVA DE CACELA

Condições Gerais

Para atribuição do direito de ocupação das lojas no Mercado Municipal de Vila Nova de Cacela.

Artigo 1.º

Hasta Pública

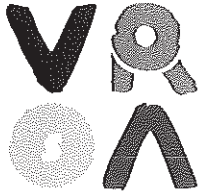
Será celebrada, de acordo com o Regulamento dos Mercados Municipais, as Condições Especiais e as presentes Condições Gerais, a hasta pública para atribuição do direito de ocupação das lojas no Mercado Municipal de Vila Nova de Cacela, no Salão Nobre da câmara municipal, perante Comissão designada para esse efeito.

Artigo 2.º

Consulta do Processo

1. O processo, constituído pelo Regulamento dos Mercados Municipais em vigor, pelas Condições Especiais e Gerais da hasta pública, tabela de taxas e plantas com a localização dos espaços comerciais, com indicação das áreas e ramos de atividade, estará patente no Núcleo de Taxas e Licenças da Divisão de Gestão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António e no Núcleo de Candidaturas da Divisão de Atividades Económicas da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, onde também poderão ser prestados os necessários esclarecimentos.
2. Serão fornecidas cópias do processo da hasta pública aos interessados que as solicitem nos núcleos acima mencionados, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, mediante o pagamento da respetiva taxa.





72

VILAREALSTºANTONIO

Artigo 3.º

Ato de Arrematação em Hasta Pública

1. A arrematação em hasta pública decorrerá perante uma comissão nomeada pela câmara municipal e será anunciada por edital, no qual deverão constar:
 - Identificação e localização das lojas;
 - Base de licitação estabelecida pela câmara municipal;
 - Local e data limite para apresentação das propostas;
 - Local, data e hora da praça;
 - Modalidades de pagamento.
2. O edital será afixado nos locais públicos do costume e publicado num dos jornais mais lidos da região, com a antecedência mínima de 10 dias úteis.
3. A comissão referida no ponto anterior será constituída por três elementos, sendo o de categoria superior o seu presidente, designados pela câmara municipal, sem prejuízo de, por questões logísticas ou de funcionalidade, poder ser prestado apoio por quaisquer outros funcionários municipais.

Artigo 4.º

Propostas

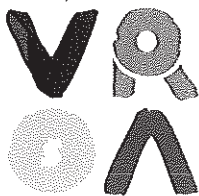
1. As propostas serão redigidas em português, datilografadas ou manuscritas, sem rasuras, entrelinhas ou palavras riscadas e nos termos das condições especiais.
2. Serão rejeitadas todas as propostas que não estiverem em conformidade com o estipulado nas condições especiais, ficando todavia junto ao processo de hasta pública no estado em que tiverem sido apresentadas.

Artigo 5.º

Concorrentes

Serão admitidas ao ato de arrematação da hasta pública pessoas singulares ou coletivas, devendo estas fazer-se representar através de procuração ou credencial.





VILAREALSTºANTONIO

Artigo 6.º

Base de Licitação

A base de licitação para os espaços comerciais colocados em concurso é fixada pela câmara municipal.

Artigo 7.º

Esclarecimentos

Antes do início da hasta pública serão prestados todos os esclarecimentos sobre o seu objeto e procedimentos. Porém, iniciada a licitação, não serão dadas quaisquer outras explicações.

Artigo 8.º

Licitação

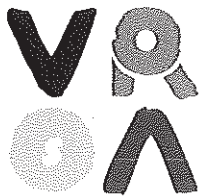
1. Iniciada a hasta pública, proceder-se-á à abertura das propostas recebidas.
2. Se entre as propostas houver duas ou mais que apresentem valores similares, proceder-se-á, em ato contínuo, à licitação verbal entre os concorrentes, tomando como valor de partida o da proposta mais vantajosa.
3. Para efeitos do estabelecido no ponto dois considera-se que apresentam valores similares à proposta mais vantajosa os que apresentem um valor igual ou inferior em não mais que 10% ao daquela.
4. Não serão admitidos lanços de valor inferior a 10% da base de licitação fixada.
5. A licitação termina quando o presidente da comissão tiver anunciado por três vezes o lanço mais elevado e este não for coberto.

Artigo 9.º

Adjudicação

1. A adjudicação do direito de ocupação do espaço comercial será efetuada, provisoriamente, pela comissão, a quem tiver oferecido o preço mais elevado.
2. O adjudicatário provisório deverá, de imediato, proceder ao pagamento de 25% do valor da adjudicação.





72

VILAREALSTºANTONIO

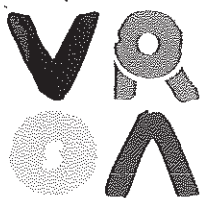
3. O prazo previsto no número anterior poderá, por motivo devidamente justificado, ser prorrogado.
4. No final da hasta pública será elaborado o respetivo auto de arrematação, que deve ser assinado pelos membros da comissão e pelo adjudicatário provisório, se estiver presente.
5. A homologação da lista de classificação dos concorrentes, elaborada pela comissão, e a decisão de adjudicação definitiva ou de não adjudicação compete à câmara municipal. O adjudicatário deve ser notificado, por carta registada com aviso de receção, no prazo de 30 dias úteis a contar da adjudicação provisória.
6. No caso de desistência ou de não pagamento do preço de licitação, a câmara municipal poderá adjudicar o direito de ocupação ao lanço oferecido de montante imediatamente inferior.
7. A câmara municipal reserva-se o direito de não adjudicar no caso de entender não estar devidamente salvaguardado o interesse municipal ou se o concorrente seleccionado não comprovar ter a sua situação contributiva regularizada com as Finanças e com a Segurança Social.

Artigo 10.º

Início da Atividade

1. O concorrente a quem for adjudicada a loja fica obrigado a ocupar o respetivo local no prazo de 15 dias úteis contados sobre a data da notificação da adjudicação, sob pena de ser declarada sem efeito a respectiva autorização de direito de ocupação e sem direito a qualquer indemnização ou restituição de importâncias já pagas.
2. São também obrigações do adjudicatário:
 - Respeitar o Regulamento dos Mercados Municipais do Concelho;
 - Promover o licenciamento e o equipamento da loja de acordo com as normas legais vigentes;
 - Respeitar o regulamento nos períodos de abertura e encerramento dos estabelecimentos de venda ao público em vigor no concelho;
 - Manter as instalações da loja irrepreensivelmente limpas;
 - Manter uma existência de artigos adequados às necessidades da população e em irrepreensíveis condições de higiene;
 - Garantir a ocupação da banca que lhe foi adjudicada durante todo o ano;
 - Ter patente ao público a Tabela de Preços dos artigos expostos para venda;
 - Fornecer uma fatura dos produtos fornecidos;





72

VILAREALSTºANTONIO

- Promover as beneficiações necessárias na loja, de forma a mantê-la em perfeito estado de funcionamento;
- Ter afixada a indicação de que a loja possui livro de reclamações.

Artigo 11.º

Pagamentos

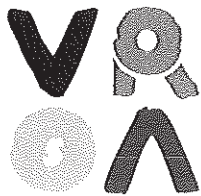
1. O titular do direito de ocupação da loja fica obrigado a liquidar, na Tesouraria da câmara municipal, no primeiro dia útil a seguir à arrematação, o restante valor referente à adjudicação.
2. O adjudicatário da loja fica obrigado a liquidar, mensalmente, na Tesouraria Municipal, mediante guias passadas pelo Núcleo de Taxas e Licenças, até ao oitavo dia do mês correspondente, as taxas que lhe forem devidas.
3. O não pagamento da taxa mensal (renda) no prazo indicado no ponto anterior destas condições gerais dá direito à câmara municipal a exigir o pagamento de juros de mora, nos termos do Regulamento Geral de Taxas Municipais.
4. No caso do pagamento da taxa mensal (renda) não se efetuar, a câmara municipal procederá à cobrança coerciva através de processo de execução fiscal, podendo fazer cessar a atividade do adjudicatário sem direito a qualquer indemnização.
5. A taxa mensal (renda) será atualizada, anualmente, tomando em consideração o coeficiente de atualização aprovado pela câmara municipal, para aplicação ao Regulamento da Tabela de Taxas da Câmara Municipal.

Artigo 12.º

Transferência do direito de ocupação

Após a adjudicação transfere-se para o ocupante o uso do correspondente espaço, ficando o mesmo responsável por todos os encargos a ele respeitantes decorrentes da lei, contratos ou regulamentos aplicáveis à atividade exercida.





VILAREALSTºANTONIO

Artigo 13.º

Licenciamentos

O titular da ocupação não fica dispensado da apresentação de quaisquer projetos de licenciamentos para a atividade autorizada ou outros, designadamente publicidade ou ocupação do espaço público.

Artigo 14.º

Formalização da Adjudicação

1. A adjudicação do direito de ocupação será formalizada através de contrato, a celebrar no prazo máximo de trinta dias a contar da data da adjudicação, devendo o titular da ocupação, nesse ato, fazer prova negativa de dívidas à Segurança Social e às Finanças.
2. No caso de não comparência ao ato de celebração do referido contrato, cuja data será comunicada aos interessados com a antecedência mínima de cinco dias, ou de impossibilidade da sua celebração por causas que lhes sejam imputáveis, considera-se sem efeito a anterior adjudicação perdendo o titular o direito de ocupação e o direito a quaisquer quantias eventualmente já pagas.
3. A comunicação referida no número anterior será acompanhada da minuta do contrato, o qual se considera tacitamente aprovado se não for sugerida qualquer alteração até ao último dia anterior ao designado para a sua formalização.

Vila Real de Santo António, 31 de outubro de 2016.

O vereador do pelouro,
no uso de competência delegada
por despacho do Sr. presidente da câmara municipal,
datado de 18 de outubro de 2013,

João Manuel Lopes Rodrigues

